

LEI	EMENTA	LINK
Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011	Regula o acesso a informações previsto inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.	<a href="http://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm">planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm</a>
Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012	Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do <i>caput</i> do art.5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm</a>
Lei nº 10.217, de 23 de março de 2015	Dispõe sobre regras específicas para garantir o acesso a informações a Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994, e dá outras providências.	<a href="https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=282452">https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=282452</a>
Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018	Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet).	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm</a>
Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018	Regulamenta a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública federal, institui o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal.	<a href="https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/39941039/do1-2018-09-06-decreto-n-9-492-de-5-de-setembro-de-2018-39940899">https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/39941039/do1-2018-09-06-decreto-n-9-492-de-5-de-setembro-de-2018-39940899</a>
Decreto nº 35.640, de 6 de março de 2020.	Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Maranhão, os capítulos III e IV da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos e institui o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo do Estado do Maranhão.	<a href="https://www.stc.ma.gov.br/uploads/stc/docs/DECRETO_N%C2%BA_35.640%2C_DE_6_DE_MAR%C3%87O_DE_2020_-_PROTE%C3%87%C3%83O_E_DEFESA_DOS_DIREITOS_DO_USU%C3%81RIOS_DOS_SERVI%C3%87OS_P%C3%9ABLICOS_E_INSTI_TUI_O_SISTEMA_DE_OUVIDORIA_DO_PODER_EXEVUTIVO_DO_ESTADO_DO_MARANH%C3%83O_.pdf">https://www.stc.ma.gov.br/uploads/stc/docs/DECRETO_N%C2%BA_35.640%2C_DE_6_DE_MAR%C3%87O_DE_2020_-_PROTE%C3%87%C3%83O_E_DEFESA_DOS_DIREITOS_DO_USU%C3%81RIOS_DOS_SERVI%C3%87OS_P%C3%9ABLICOS_E_INSTI_TUI_O_SISTEMA_DE_OUVIDORIA_DO_PODER_EXEVUTIVO_DO_ESTADO_DO_MARANH%C3%83O_.pdf</a>
Decreto nº 38.074, de 02 de janeiro de 2023	Dispõe sobre a Política de Promoção à Integridade do Poder Executivo do Estado do Maranhão	<a href="https://stc.ma.gov.br/uploads/stc/docs/POL%C3%8DTICA_DE_PROMOMO%C3%87%C3%83O_%C3%80_INTEGRIDADE_DECRETO_38074.2023_removed_%281%29_.pdf">https://stc.ma.gov.br/uploads/stc/docs/POL%C3%8DTICA_DE_PROMOMO%C3%87%C3%83O_%C3%80_INTEGRIDADE_DECRETO_38074.2023_removed_%281%29_.pdf</a>